

Etarismo na economia limita autonomia de idosos e os exclui do consumo

DEFESA DO CONSUMIDOR

ETARISMO ECONÔMICO

Discriminação por idade chega ao consumo e limita autonomia dos mais velhos

CAROL NALIN, ANA FLÁVIA PILAR E CÁSSIA ALMEIDA

A lugar um imóvel, fazer compras no cartão de crédito ou contratar um plano de saúde se tornaram desafios para os idosos. É um grupo que cresce aceleradamente, mostram os primeiros dados do Censo 2022, do IBGE, mas muitas empresas não se prepararam para isso e adotam práticas discriminatórias que limitam o consumo e a autonomia financeira dos idosos. O etarismo, a discriminação por idade, chegou à economia.

Após 85 anos, a professora de literatura e escritora Marlene de Lima viu cair drasticamente o limite do seu cartão de crédito, emitição pelo banco do qual é cliente há décadas. Ela foi à agência, mas ouviu explicações vagas. Logo entendeu que a razão era sua idade. "A gente não sabe o que é etarismo quando é jovem. Quando você chega a uma certa idade, é que você se dá conta de que isso acontece", disse Marlene. Tomaram a decisão à minha revelia. É como se eu não tivesse importância. Isso faz a pessoa se sentir humilhada, constrangida. Afinal, todo mundo envelhece. Relatos como o de Marlene têm sido mais frequentes para denunciar o etarismo econômico, que foi tema de cartas enviadas por leitores ao CLCB. Os maiores de 60 anos são quase 15% da população (cerca de 30 milhões de pessoas) e vão alcançar 25% nas próximas décadas. O topo da pirâmide etária, acima de 80 anos, é o grupo que mais avança. Mesmo com renda fixa e investimentos de bom pagador, idosos se queixam de serem tratados como clientes de segunda classe. O etarismo econômico pode aparecer em circunstâncias

como quando um banco nega o financiamento de um imóvel ou suspende o cartão de crédito sem razão objetiva. Aparece na recusa de objeções de firmarem contrato de aluguel com alguém considerado velho demais para um compromisso de longo prazo ou nas dificuldades de contratar plano de saúde após os 60.

DISCRIMINAÇÃO ANTECIPADA A fonoaudióloga Felomenia Pinho, que completa 59 anos em setembro, já sofre com o etarismo. Como está perto dos 60, foi recusada por dois planos de saúde. Ela quer engravidar o pagamento trocando seu plano de R\$ 7 mil por outro mais simples e barato. Não deu certo. Em uma operadora, seus pedidos foram devolvidos sem explicações. A outra empresa informou apenas que precisa.

— Sou boa pagadora, e quando o cliente se informa, ele me aceita. Como "devolvido"? Quer entender. Level 20 dias para ter resposta. Para minha filha de 30 anos, foram cinco. Sou mais saudável que aqueles que nunca vão ao médico, infartam e precisam de intervenção cirúrgica de urgência — queixa-se.

Normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) proíbem que planos reusen usuários por idade, patologia ou deficiência. A ANS recebeu 45 queixas de etarismo neste ano, mais que os 31 do mesmo período de 2022. O arquiteto Edison Mussa, de 88 anos, não conseguiu pagar o seu cartão de crédito há meses. O gerente do emissor, do qual era cliente desde 1976, procurou o banco, que informou que entraria em contato com o auditor, mas não houve retorno. — Liguei para a auditoria, mas é um grande vazio. Você

perde a paciência e é vencido pelo cansaço. Parece que é normal. Você chega aos 80, e eles te "tratam". Não vejo razão para isso — lamenta. Carolina Vesentini, advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), diz que a Justiça já condenou uma instituição financeira a indenizar um cliente que teve o empréstimo consignado negado por causa da idade. Para ela, casos como o de redução do limite ou corte do cartão de crédito podem ser considerados crimes contra idosos: — Primeiro falta o dever de informar o motivo da redução do limite, depois há uma falta pela razão da idade.

Mesmo com o Estatuto do Idoso, a Constituição garante o princípio da liberdade econômica, que dá às empresas autonomia para fixar preços e condições de contratação, desde que o cliente seja informado disso, diz Marcus Vinícius Pujol, diretor de Estudos e Pesquisas da Fundação Procon-SP. Numa pesquisa do órgão sobre discriminação nas relações de consumo neste ano, 2,48% dos entrevistados disseram já ter sofrido etarismo. Nas reclamações feitas ao Procon sobre serviços financeiros, houve 10.751 de pessoas com 60 anos ou mais no primeiro semestre, alta de 20,4% frente a 2022, bem acima do aumento de 9% no total de queixas. — Ése percentual de pouca mais de 2% pode parecer insignificante, mas dados sobre discriminação são omissivos. A situação é sempre nebulosa, para deixar a pessoa em dúvida se realmente houve discriminação. Nunca ofensivo, acintoso. Então se o limite do cartão, alegando algum detalhe no cadastro positivo do cliente, por exemplo, diz Pujol, acrescentando que



as vítimas geralmente se sentem rejeitadas, constrangidas, e desistem sem denunciar. O advogado Alexandre Jabro, do escritório Trench Rossi Watanabe, ressalta que a Constituição, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e o Estatuto do Idoso vedam qualquer tipo de discriminação por idade. Portanto, no caso de um produto ou serviço suspenso ou negado em função da faixa etária, a pessoa pode recorrer à Justiça. Mas, como alerta Pujol, empresas podem oferecer serviços ou produtos, como um plano de saúde ou um cartão de crédito, com idade limite para adesão, desde que informado previamente de forma clara. Para Jabro, a discriminação pode afetar a imagem das empresas e, por isso, tende a sair de cena. — Nessa onda ESG (critérios ambientais, sociais e de governança), as empresas devem ter um cuidado ainda maior com as minorias. Não basta cumprir norma, é preciso ser eticamente responsável. Esse tipo de queixa é muito comum entre clientes de bancos. Segundo a advogada Laís

Bergstein, a maior dificuldade é o acesso a produtos financeiros por pessoas que não têm patrimônio suficiente para cobrir um empréstimo, por exemplo, em caso de morte. Nesses casos, o débito morre com o cliente. Quando o bem, atividade ou serviço não é do espólio no inventário. Mas há associações no mercado para minimizar esse risco. — No caso de contratos bancários ou locação, se a precatória é inadimplência, é possível fazer um seguro ou garantia desse contrato — diz Laís, lembrando que créditos habitacionais e consignados já embutem seguros nas prestações por caso de morte.

'EU ME SENTI HUMILHADA' A aposentada Maria Lia da Conceição, de 74 anos, foi impedida de alugar um apartamento para a neta. Ela pediu para ser heradora, mas ouviu do corretor que a idade máxima era 65. Pediu então para ser a titular do contrato, mas também foi recusada. O funcionário disse que era preciso um atestado de sanidade mental. — Eu me senti muito humi-

lhada, arrasada. Eu sou a coluna da minha casa. Criei três netos, hoje cuido dos bisnetos. Seguro a responsabilidade, paguemos contas em dia. E como se a pessoa com mais de 65 estivesse inválida. Oser humano merece ser tratado com respeito — diz a aposentada, que registrou queixa na polícia.

Procurada pelo GLOBO, a imobiliária atribuiu a recusa a um erro do corretor. As associações das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi) e das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Aces) informaram que não interferem na política comercial e nas estratégias de concessão de crédito de seus associados, apenas recomendam "boas práticas", como transparência nas informações dos contratos, sem "ortodoxia" relacionada à idade do consumidor". Marcos Novais, superintendente executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramip), diz que o setor é um dos mais regulados e que a entidade preza o respeito às normas, que "preveem a não discriminação das pessoas em razão da idade".

ENTREVISTA

Mirian Goldenberg ANTROPÓLOGA

'QUEREM QUE O IDOSO CONSUMA, MAS SEM RISCO'

CÁSSIA ALMEIDA

Antropóloga Mirian Goldenberg, que pesquisa as questões dos idosos há décadas, diz que a discriminação no consumo reduz a autonomia dessas pessoas e acaba levando a uma espécie de morte simbólica das mais velhas, que temem perder o poder de decisão. Para ela, há um paradoxo: ao mesmo tempo em que nunca esteve tão atento ao consumo dos mais velhos, o mercado não quer correr risco.

Qual o impacto do etarismo econômico sobre idosos? — 88 anos. Com um superquadrado de saúde física e mental. Não há nada que as impeça de tomar decisão. É uma espécie de morte simbólica. Eles deixam de querer viver, apesar de ser a faixa etária que mais quer viver. Cada dia para eles conta. Vejo como os filhos não respeitam a autonomia dos mais velhos. Pesquisa o tema

há 30 anos. Converso com pessoas de 60, 70, 90 anos, que são completamente capazes de tomar suas decisões financeiras, de saúde. São plesas, e os filhos, até com a intenção de proteger, roubam a autonomia dos mais velhos.

Essa falta da população vai continuar crescendo. O que se pode fazer para mudar essa situação? — Essa questão ainda não se tornou prioritária, porque nós raciocinamos como se fôssemos uma sociedade de jovens. Não entendemos que essa população, que já existe e vai crescer rapidamente, tem que ser prioritária nas políticas públicas e nas empresas. Na campanha eleitoral de 2022, falou-se que nada dos mais velhos.

Mas o mercado não está se preparando para esse público? — É um paradoxo. Ao mesmo tempo em que o mercado nunca esteve tão atento ao consumo dos mais velhos, quer que eles consumam e gastem, mas não quer que usufruam de determinados benefícios. Nunca foi tão

chamada por empresas e instituições para dar palestra sobre esse tema. Eles querem conhecer esse público consumidor, querem que o idoso consuma, mas não querem correr risco algum. Temem que eles percam a lucidez e parem de pagar as dívidas.

Falta mobilização da sociedade? — Quem sustenta boa parte dos custos são os mais velhos, com seus trabalhos e aposentadorias. Eles moram na casa dos mais velhos até mais tarde. Em todas as famílias, os idosos dão apoio financeiro e emocional para os jovens. Eles lutam para se manter e são desprezados constantemente. Mas não passa por uma luta individual. A sociedade não está brigando por isso. Enquanto

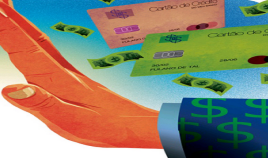
não for uma questão de todos, dos velhos de hoje e dos de amanhã, vai ser difícil mudar. Há resistência em encarar a nova realidade.

Como fazer isso? — Já é um problema de todas as famílias, que ainda não se mobilizaram o suficiente, como no caso da estudante de 45 anos que foi ridicularizada pelas colegas em uma universidade. Não se pode impedir um velho de ter cartão de crédito ou cobrar uma exorbitância no plano de saúde. O Ministério dos Direitos Humanos tem uma secretaria. Existe uma comissão no Congresso preocupada em criar leis que combatam o etarismo. Está tudo pronto. Agora, tem de pressionar as empresas, o Estado e as instituições.

Idade não pode ser critério para impedir acesso

No momento em que sua renda tende a cair e seu gasto começa a crescer, o idoso encontra novas barreiras na contratação de seguros e no acesso a outros serviços financeiros essenciais. Confira os seus direitos no guia do GLOBO

Idade não pode ser critério para impedir acesso O Brasil tem uma população envelhecida. Segundo o IBGE, em 2022, os idosos representavam 15,2% da população brasileira, com um crescimento de 20,4% em relação a 2021. Isso significa que, em 2023, já existem mais de 30 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. O envelhecimento da população é um fenômeno global, mas no Brasil ele ocorre de forma acelerada. Isso se deve a uma combinação de fatores, como a queda da taxa de mortalidade infantil e a redução da taxa de fecundidade. Além disso, a expectativa de vida ao nascer aumentou significativamente nos últimos anos, passando de cerca de 55 anos em 1960 para mais de 75 anos atualmente. Isso significa que as pessoas estão vivendo mais tempo, o que aumenta a necessidade de recursos financeiros para sustentar a vida na velhice. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos em termos de proteção social para os idosos. O sistema previdenciário é fragmentado e muitas vezes não cobre todos os idosos, especialmente aqueles que não trabalharam formalmente ao longo da vida. Além disso, o custo da saúde e da moradia tende a aumentar com a idade, o que pode ser uma grande carga financeira para muitas famílias. Portanto, é fundamental que o Brasil tome medidas para garantir que os idosos tenham acesso a serviços financeiros essenciais, como seguros e crédito, sem sofrer discriminação por idade. Isso é crucial para garantir a qualidade de vida e a autonomia dos idosos em sua velhice.



Como fazer isso? — Já é um problema de todas as famílias, que ainda não se mobilizaram o suficiente, como no caso da estudante de 45 anos que foi ridicularizada pelas colegas em uma universidade. Não se pode impedir um velho de ter cartão de crédito ou cobrar uma exorbitância no plano de saúde. O Ministério dos Direitos Humanos tem uma secretaria. Existe uma comissão no Congresso preocupada em criar leis que combatam o etarismo. Está tudo pronto. Agora, tem de pressionar as empresas, o Estado e as instituições.

Idade não pode ser critério para impedir acesso O Brasil tem uma população envelhecida. Segundo o IBGE, em 2022, os idosos representavam 15,2% da população brasileira, com um crescimento de 20,4% em relação a 2021. Isso significa que, em 2023, já existem mais de 30 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. O envelhecimento da população é um fenômeno global, mas no Brasil ele ocorre de forma acelerada. Isso se deve a uma combinação de fatores, como a queda da taxa de mortalidade infantil e a redução da taxa de fecundidade. Além disso, a expectativa de vida ao nascer aumentou significativamente nos últimos anos, passando de cerca de 55 anos em 1960 para mais de 75 anos atualmente. Isso significa que as pessoas estão vivendo mais tempo, o que aumenta a necessidade de recursos financeiros para sustentar a vida na velhice. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos em termos de proteção social para os idosos. O sistema previdenciário é fragmentado e muitas vezes não cobre todos os idosos, especialmente aqueles que não trabalharam formalmente ao longo da vida. Além disso, o custo da saúde e da moradia tende a aumentar com a idade, o que pode ser uma grande carga financeira para muitas famílias. Portanto, é fundamental que o Brasil tome medidas para garantir que os idosos tenham acesso a serviços financeiros essenciais, como seguros e crédito, sem sofrer discriminação por idade. Isso é crucial para garantir a qualidade de vida e a autonomia dos idosos em sua velhice.

Idade não pode ser critério para impedir acesso O Brasil tem uma população envelhecida. Segundo o IBGE, em 2022, os idosos representavam 15,2% da população brasileira, com um crescimento de 20,4% em relação a 2021. Isso significa que, em 2023, já existem mais de 30 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. O envelhecimento da população é um fenômeno global, mas no Brasil ele ocorre de forma acelerada. Isso se deve a uma combinação de fatores, como a queda da taxa de mortalidade infantil e a redução da taxa de fecundidade. Além disso, a expectativa de vida ao nascer aumentou significativamente nos últimos anos, passando de cerca de 55 anos em 1960 para mais de 75 anos atualmente. Isso significa que as pessoas estão vivendo mais tempo, o que aumenta a necessidade de recursos financeiros para sustentar a vida na velhice. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos em termos de proteção social para os idosos. O sistema previdenciário é fragmentado e muitas vezes não cobre todos os idosos, especialmente aqueles que não trabalharam formalmente ao longo da vida. Além disso, o custo da saúde e da moradia tende a aumentar com a idade, o que pode ser uma grande carga financeira para muitas famílias. Portanto, é fundamental que o Brasil tome medidas para garantir que os idosos tenham acesso a serviços financeiros essenciais, como seguros e crédito, sem sofrer discriminação por idade. Isso é crucial para garantir a qualidade de vida e a autonomia dos idosos em sua velhice.

Idade não pode ser critério para impedir acesso O Brasil tem uma população envelhecida. Segundo o IBGE, em 2022, os idosos representavam 15,2% da população brasileira, com um crescimento de 20,4% em relação a 2021. Isso significa que, em 2023, já existem mais de 30 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. O envelhecimento da população é um fenômeno global, mas no Brasil ele ocorre de forma acelerada. Isso se deve a uma combinação de fatores, como a queda da taxa de mortalidade infantil e a redução da taxa de fecundidade. Além disso, a expectativa de vida ao nascer aumentou significativamente nos últimos anos, passando de cerca de 55 anos em 1960 para mais de 75 anos atualmente. Isso significa que as pessoas estão vivendo mais tempo, o que aumenta a necessidade de recursos financeiros para sustentar a vida na velhice. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos em termos de proteção social para os idosos. O sistema previdenciário é fragmentado e muitas vezes não cobre todos os idosos, especialmente aqueles que não trabalharam formalmente ao longo da vida. Além disso, o custo da saúde e da moradia tende a aumentar com a idade, o que pode ser uma grande carga financeira para muitas famílias. Portanto, é fundamental que o Brasil tome medidas para garantir que os idosos tenham acesso a serviços financeiros essenciais, como seguros e crédito, sem sofrer discriminação por idade. Isso é crucial para garantir a qualidade de vida e a autonomia dos idosos em sua velhice.

Idade não pode ser critério para impedir acesso O Brasil tem uma população envelhecida. Segundo o IBGE, em 2022, os idosos representavam 15,2% da população brasileira, com um crescimento de 20,4% em relação a 2021. Isso significa que, em 2023, já existem mais de 30 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. O envelhecimento da população é um fenômeno global, mas no Brasil ele ocorre de forma acelerada. Isso se deve a uma combinação de fatores, como a queda da taxa de mortalidade infantil e a redução da taxa de fecundidade. Além disso, a expectativa de vida ao nascer aumentou significativamente nos últimos anos, passando de cerca de 55 anos em 1960 para mais de 75 anos atualmente. Isso significa que as pessoas estão vivendo mais tempo, o que aumenta a necessidade de recursos financeiros para sustentar a vida na velhice. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos em termos de proteção social para os idosos. O sistema previdenciário é fragmentado e muitas vezes não cobre todos os idosos, especialmente aqueles que não trabalharam formalmente ao longo da vida. Além disso, o custo da saúde e da moradia tende a aumentar com a idade, o que pode ser uma grande carga financeira para muitas famílias. Portanto, é fundamental que o Brasil tome medidas para garantir que os idosos tenham acesso a serviços financeiros essenciais, como seguros e crédito, sem sofrer discriminação por idade. Isso é crucial para garantir a qualidade de vida e a autonomia dos idosos em sua velhice.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 17 e 18